



APDE

Associação Portuguesa de Direito Europeu

Estudos de Direito Europeu

Congressos da FIDE
Relatórios Portugueses — 1990-2008



PRINCIPIA

PREFÁCIO

.....

Nos termos dos respectivos Estatutos, a APDE – Associação Portuguesa de Direito Europeu tem por fim promover o estudo e a divulgação do Direito e das instituições das Comunidades Europeias, do Direito nacional dos Estados-Membros e dos Estados candidatos à adesão, bem como da sua inter-relação com o Direito Comunitário.

No âmbito das suas actividades, a APDE tem assegurado, de forma regular desde 1990, a participação da comunidade jurídica portuguesa nos Congressos da FIDE – Federação Internacional de Direito Europeu, tendo inclusive promovido a organização do XV Congresso, que se realizou em Lisboa em 1992.

Os Congressos da FIDE são estruturados em torno de três temas, previamente seleccionados, cabendo a um «relator geral» preparar um «questionário» a que os relatores designados por cada associação nacional dão resposta através da apresentação de «relatórios nacionais».

Com base nestes relatórios, assim como no «relatório comunitário» preparado por um jurista de uma Instituição Comunitária, para o efeito convidado, o «relator geral» produz um relatório de síntese que estrutura o debate a desenvolver no Congresso.

Desde 1990 a APDE designou relatores para os temas dos Congressos da FIDE do que resultou a apresentação de «relatórios portugueses» sobre os mais variados temas de Direito Comunitário.

Decorridos que estão 25 anos desde a data de criação da associação, pareceu oportuno ao Conselho Directivo da APDE reunir num volume, que torne estes trabalhos acessíveis, todos os relatórios apresentados por relatores portugueses ao

longo do período em causa (de 1990 a 2008), acompanhados dos «questionários» que estiveram na base da respectiva elaboração.

Publicam-se os textos nas versões produzidas para cada congresso pelos relatores portugueses, identificando-se o congresso, e respectiva data, em que os textos foram apresentados, o que permite balizá-los no tempo e situá-los nas diferentes etapas do processo de integração europeia.

Desta forma, a APDE pretende também homenagear os juristas – docentes, magistrados, advogados e juristas – que responderam ao apelo da associação e que se disponibilizaram para estudar e aprofundar os temas seleccionados para cada congresso.

É devida uma palavra de reconhecimento ao Dr. Carlos Botelho Moniz e ao Dr. Miguel Cancellia de Abreu, Vice-Presidentes da Associação, assim como ao Doutor José Luís da Cruz Vilaça, seu Secretário Geral, que coordenaram os trabalhos de preparação desta publicação.

É de sublinhar também o inestimável apoio que, ao nível do secretariado, foi prestado por Maria Adelaide Noronha de Andrade e Alexandra Lopes Tops.

Seja-nos permitido ainda dirigir um agradecimento especial à Dra. Mariana de Sousa e Alvim sem cujo trabalho e dedicação a publicação desta obra não teria, pura e simplesmente, sido possível.

Finalmente, a APDE não pode deixar de expressar o seu reconhecimento às entidades que, através do patrocínio da obra, permitiram a concretização desta iniciativa: a Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, a Morais Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva e Associados – Sociedade de Advogados, RL, a PLMJ – A.M. Pereira, Sáragga Leal, Oliveira Martins, Júdice e Associados – Sociedade de Advogados, RL e a Cancellia d'Abreu, Esteves e Associados – Sociedades de Advogados, RL.

Lisboa, 20 de Maio de 2009

Rui Chancerelle de Machete
Presidente do Conselho Directivo da APDE

ÍNDICE

.....

Prefácio 7

Homenagem à Dra. Isabel Jalles 9

XIV CONGRESSO FIDE – Madrid, 1990

I. L'application dans les etats membres des directives sur les marchés publics

Questionnaire 13

Rapport portugais: Rui Machete 16

II. L'harmonisation fiscale: le défi de 1993

Questionnaire 27

Rapport portugais: Manuel Pires 29

III. O controlo das operações de concentração de empresas

Questionário 47

Relatório português: António Caeiro/Luís Pais Antunes 53

XV CONGRESSO FIDE – Lisboa, 1992**I. Les prestations des services financiers au sein de la CEE
et avec les pays tiers**

Questionnaire	67
Rapport portugais: Leonor Horta	80

II. La sanction des infractions au droit communautaire

Questionnaire	95
Rapport portugais: João Mota de Campos	98

**III. Les aspects nouveaux de la libre circulation des personnes:
vers une citoyenneté européenne**

Questionnaire	127
Rapport portugais: Maria Luísa Duarte	132

XVI CONGRESSO FIDE – Roma, 1994**I. La conception du principe de subsidiarité selon le traité sur l'Union
Européenne signé à Maastricht le 7 février 1992**

Questionnaire	161
Rapport portugais: Carlos Botelho Moniz/Paulo Moura Pinheiro	164

**II. La politique sociale dans l'ordre juridique communautaire et dans
l'espace économique européen**

Questionnaire	191
Rapport portugais: António Robalo Cordeiro	193

III. Competition law implications of deregulation and privatisation

Questionnaire	209
Portuguese Report: Nuno Ruiz	214

XVII CONGRESSO FIDE – Berlin, 1996**I. Le droit constitutionnel national et l'intégration européenne**

Questionnaire	229
Rapport portugais: Rui Machete	236

II. Energy and environmental protection in an European perspective

Questionnaire	241
Portuguese Report: Augusto Ferreira do Amaral	259

III. Procédures et sanctions en droit administratif économique

Questionnaire	279
Rapport portugais: João Pedro Barrosa Caupers	285

XVIII CONGRESSO FIDE – Estocolmo, 1998

I. Community directives: effects, efficiency, justiciability

Questionnaire	297
Portuguese Report: Margarida Afonso	314

II. National application of Community competition law in Portugal

Questionnaire	349
Portuguese Report: Nuno Ruiz	351

III. The citizen, the administration and Community law

Questionnaire	375
Portuguese Report: José Luis da Cruz Vilaça	381

XIX CONGRESSO FIDE – Helsínquia, 2000

I. L'Article 10 du traité instituant la Communauté européenne – témoignage d'une obligation de coopération entre les pouvoirs publics nationaux et les institutions communautaires

Questionnaire	397
Rapport portugais: Maria Luísa Duarte	400

II. Community Law (including competition rules) affecting «networks» (telecom, energy and information technology) and it's consequences for the Member States

Questionnaire	421
Portuguese Report: Luís Pais Antunes/Daniel Reis	421

III. Legal consequences of the single currency

Questionnaire	453
Portuguese Report: José Simões Patrício	462

XX CONGRESSO FIDE – Londres, 2002**I. O discurso jurídico português sobre o constitucionalismo europeu
– o estado da arte**

Questionário	527
Relatório português: Miguel Poiares Maduro	531

**II. Cross border mergers in Company Law and Competition Law:
removing the final barriers**

Questionnaire	553
Portuguese Report: Nuno Ruiz/Helena Vaz Pinto/Clemente Galvão	559

**III. Financial services in the era of the Euro and E-Commerce:
Does home country control work?**

Questionnaire	587
Portuguese Report: Pedro Ferreira Malaquias/Sofia Magalhães	587

XXI CONGRESSO FIDE – Dublin, 2004**I. Criminal Law in the European Union:
A Giant Leap or a Small Step?**

Questionnaire	601
Portuguese Report: Anabela Miranda Rodrigues/José Luís Lopes da Mota	601

**II. Competition Law and Competition Policy in the European Union:
the reorganization of the Competition Law application system,
may it prosper?**

Questionnaire	621
Portuguese Report: Miguel Gorjão Henriques/Isabel Vaz	621

III. Migration and Asylum Law and Policy

Questionnaire	645
Portuguese Report: Nuno Piçarra	645

XXII CONGRESSO FIDE – Chipre, 2006

I. Direct Taxation and non-restriction of the fundamental freedoms of the Community: Recent concerns that member States exercise their competence to design direct tax systems in regard to natural and legal persons consistently with Community Law.	
The latest ECJ jurisprudence	
Questionnaire	675
Portuguese Report: Ricardo Sá Fernandes	678
II. State Aid – a focus on the member states experience in recovering illegally granted state aid	
Questionnaire	693
Portuguese Report: Manuel Carlos Lopes Porto/João José Nogueira de Almeida ..	698
III. The Community's external relations and external competence	
Questionnaire	707
Portuguese Report: António Goucha Soares	710

XXIII CONGRESSO FIDE – Linz, 2008

I. The modernization of European Competition Law	
– First Experiences with Regulation 1/2003	
Questionnaire	731
Portuguese Report: Carlos Botelho Moniz/Margarida Rosado da Fonseca	736
II. The New Services Directive of the European Union	
– Hopes and Expectations From The Angle of a (Further) Completion of the Internal Market	
Questionnaire	775
Portuguese Report: Pedro Ferreira Malaquias	781

Os Estudos de Direito Europeu, ora reunidos pela Associação Portuguesa de Direito Europeu ("APDE"), correspondem aos relatórios apresentados nos congressos da Federação Internacional de Direito Europeu por professores universitários, advogados e juristas portugueses.

Os temas debatidos nos referidos Congressos acompanham a evolução da Comunidade Europeia e da União Europeia tratando assuntos relacionados, designadamente, com a construção e aprofundamento do mercado interno, ou com os princípios referentes à articulação entre as Instituições Comunitárias e os Estados-membros, ou ainda, numa fase posterior, com a construção da União Económica e Monetária. Note-se que foram igualmente discutidos, entre outros, temas relacionados com a implementação do princípio da livre concorrência a nível nacional e comunitário, com o contencioso comunitário, com a cidadania europeia, e com a pertinente temática da comunitarização da política externa e de segurança comum e da cooperação judicial e policial em matéria penal.

A APDE pretende assim disponibilizar, a todos aqueles que tenham interesse por estas matérias, um importante repositório de estudos de Direito Europeu, elaborados por autores portugueses, com um significativo valor jurídico e científico.

Em 1984, numa altura em que se desenhava no horizonte a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia, foi criada a Associação Portuguesa de Direito Europeu ("APDE"), com o apoio do Ministério da Justiça e da Ordem dos Advogados Portugueses.

O objectivo primordial desta iniciativa consistiu em contribuir para o estudo e divulgação do Direito Comunitário, e mais tarde do Direito da União Europeia, tendo em atenção as profundas implicações que aquela adesão teria no ordenamento jurídico nacional.

Logo após a respectiva constituição, foi proposta e aceite a integração da APDE na Federação Internacional de Direito Europeu ("FIDE"), que congrega as associações congéneres de todos os Estados-Membros da União.

A FIDE organiza um congresso bienal, no qual Portugal, representado pela APDE, tem participado activamente desde 1990, nomeando relatores portugueses para cada um dos temas que são objecto de reflexão. Os referidos relatórios são elaborados com base num questionário previamente preparado por um relator geral, designado pela FIDE, ocorrendo subsequentemente a respectiva apresentação e discussão. São estes questionários e os relatórios portugueses correspondentes que o leitor poderá visitar na obra que agora é publicada.

